

AS TRAJETÓRIAS DAS ESQUERDAS NO URUGUAI
E NA ARGENTINA EM PERSPECTIVA COMPARADA

O artigo tem por objetivo comparar a trajetória percorrida pelas agremiações políticas de esquerda no Uruguai e na Argentina até a chegada ao poder, respectivamente, de Tabaré Vázquez (2005) e Néstor Kirchner (2003). Argumenta-se que no Uruguai, as regras institucionais são mais robustas que na Argentina. Nesse sentido, a chegada de Vázquez ao poder ocorreu após uma longa trajetória de ascensão eleitoral de seu partido, a Frente Ampla, obedecendo às regras eleitorais anteriores e posteriores à reforma constitucional. A chegada de Kirchner à presidência, em contraposição, ocorreu de forma inesperada, viabilizada por uma manobra política do então presidente Eduardo Duhalde, que anulou as primárias do Partido Justicialista. Nas eleições de 2003, esse partido lançou três candidatos à presidência – possibilidade não prevista no texto constitucional – o que representou uma clara modificação das regras do jogo.

Palavras-chave: partidos; esquerda; Argentina; Uruguai.

Uruguai e Argentina registraram recentemente a chegada ao poder de agremiações políticas de esquerda, ocorrida após severas crises econômicas atribuídas ao fracasso das experiências neoliberais da década de 1990. Estas agremiações, contudo, apresentam trajetórias radicalmente distintas: no Uruguai, Tabaré Vázquez, da Frente Ampla (FA), foi eleito após um histórico de progressivo crescimento eleitoral de seu partido, o que confere um viés “previsível” de sua vitória, a despeito da Reforma Constitucional orquestrada pelos partidos tradicionais (Partido Nacional e Partido Colorado), que pretendiam impedir a chegada da esquerda ao poder. Na Argentina, em contraposição, Néstor Kirchner chegou ao poder de modo repentino, em uma manobra política realizada pelo então presidente provisório, Eduardo Duhalde, que anulou a eleições primárias do Partido Justicialista – as quais possivelmente levariam à candidatura de Carlos Menem, seu adversário político –, levando o partido a apresentar três candidatos (o outro presidencialista era Adolfo Rodríguez Saá). Kirchner, até então um desconhecido governador da província de Santa Cruz, recebeu o apoio de Duhalde. Os resultados iniciais indicavam que as eleições seriam decididas em segundo turno, entre Menem e Kirchner. Com a desistência de Menem, Kirchner foi eleito.

A compreensão dos motivos que levaram a trajetórias distintas entre as esquerdas no Uruguai e na Argentina depende da análise da organização política e da dinâmica do sistema partidário em ambos os países, desvendando ainda as implicações desses fatores sobre a condução das reformas neoliberais implantadas na década de 1990. Também consideramos necessário demarcar o que entendemos por agremiações de esquerda e, por isso, será abordada a organização dos partidos que se encontram hoje no governo: a Frente Ampla (Uruguai) e o Partido Justicialista (Argentina), comentando ainda as agendas políticas dos governos em questão.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E DINÂMICA DA COMPETIÇÃO PARTIDÁRIA

Na década de 1990, diversos países sul-americanos implementaram reformas neoliberais. Salta à vista o fato de os dois países representarem polos opostos dessa experiência: no Uruguai, ocorreu um processo moderado e gradual, mantendo-se a centralidade do Estado na economia (LANZARO, 2003a). Na Argentina, em contraposição, a reforma foi uma das mais rápidas e profundas do subcontinente.

As diferenças entre estes processos podem ser compreendidas, tendo-se em vista a trajetória institucional dos respectivos países: no Uruguai, a formação dos partidos políticos tradicionais – o Partido Nacional (*blancos*) e o Partido Colorado – antecede a formação do Estado, de modo que estes

partidos “ordenaram e estruturaram a sociedade uruguaia” (LISSIDINI, 2003, p. 350. Tradução nossa). A dinâmica de competição partidária, na qual os partidos se reconheciam como adversários políticos – e não como inimigos – permitiu a consolidação democrática no país, com a incorporação política da cidadania via partidos (ALCÁNTARA SÁEZ e LUNA, 2004).

A dinâmica de competição partidária uruguaia nos ajuda a compreender o desenho institucional adotado para reger suas relações políticas. Neste país, adotou-se um modelo consociacional (conforme definido por Lijphart). O partido vencedor *não leva tudo*, isto é, há a possibilidade de governo dividido, no qual os presidentes eleitos não possuem maioria parlamentar e formam um sistema de compromisso robusto, baseado em constantes negociações (LANZARO, 2003a). As regras que instituíam o chamado “voto duplo simultâneo”¹ e o regime de representação proporcional expressam este modelo (LISSIDINI, 2003).

Na Argentina, também predominam historicamente dois grandes partidos políticos: a União Cívica Radical (UCR), formada no século XIX, e o Partido Justicialista (PJ), fundado por Juan Domingo Perón, em 1943. Estes partidos, ao contrário dos uruguaios, se organizaram como “movimentos”, e possuíam um viés populista e autoritário, baseado em uma lógica de competição na qual cada agremiação reconhecia sua contraparte como um inimigo. A inclusão política no país ocorreu via Estado, por meio de práticas clientelistas. Até o retorno da democracia em 1983, a vida política argentina foi marcada por sucessivos golpes de Estado, sem que fosse possível a consolidação democrática no país.

Na década de 1970, ambos os países passaram por golpes de Estado que levaram as forças armadas ao poder. Em comum, apresentaram como antecedentes profundas crises econômicas e radicalização da polarização ideológica direita/esquerda, contando com a atuação de grupos guerrilheiros. No Uruguai, em 1973, o presidente Juan María Bordaberry convidou as forças armadas para participarem ativamente do governo. Com o fim de seu mandato, os militares passaram a ocupar formalmente o poder do país (LISSIDINI, 2003). Durante a ditadura, registraram-se milhares de mortos e desaparecidos políticos. No âmbito econômico, o governo militar buscou executar reformas neoliberais objetivando recuperar a economia. Entretanto, o contexto internacional desfavorável,

¹ Segundo esta regra, cada partido poderia apresentar múltiplas sublegendas (*sub-lemas*) nas eleições, em todos os níveis, que ocorriam simultaneamente. Cada partido poderia apresentar até mesmo mais de um candidato à presidência da República. De acordo com este esquema, o eleitor optava por um candidato a deputado, atrelando seu voto automaticamente a candidatos específicos ao Senado e à presidência. Ao final das eleições presidenciais, na ausência de segundo turno, os votos computados para cada lista eram somados, e era declarado eleito o candidato mais votado do partido que recebesse mais votos (MACHADO, 2006).

marcado pela segunda crise do petróleo e o racionamento do crédito, somente agravou a situação econômica.

Na Argentina, o golpe militar de 1976 depôs Isabel Perón, que havia assumido a presidência após a morte de seu marido, Perón, dois anos antes. Teve início um período de repressão, que gerou milhares de mortos e desaparecidos políticos. Como no caso uruguaio, o governo militar argentino buscou implementar reformas neoliberais para debelar a crise econômica, mas estas resultaram em fracasso (ROMERO, 2005).

O retorno à democracia nos dois países percorreu caminhos distintos. No caso uruguaio, o governo militar convocou um plebiscito, objetivando angariar legitimação popular. Entretanto, o governo foi derrotado nas urnas, permitindo o retorno à democracia. Cabe frisar que a transição foi pactuada, e as primeiras eleições foram convocadas sem a presença dos principais líderes da oposição, com a proscrição das candidaturas de Líber Seregni (FA) e de Wilson Ferreira (PN) (LISSIDINI, 2003).

No caso argentino, o fim do regime militar ocorreu de forma abrupta: em 1982, o então presidente Leopoldo Galtieri resolveu colocar em prática um antigo plano militar para ataque e ocupação das Ilhas Falkland (Malvinas), pertencentes à Grã Bretanha e reivindicadas historicamente pela Argentina. O anúncio da invasão havia levado a uma grande mobilização popular. Contudo, Galtieri não contava com a resistência britânica, e a humilhante derrota levou à derrocada do governo militar (ROMERO, 2005).

Este fato marcou o início do processo de transição democrática na Argentina. Em 1983, foi eleito o candidato da UCR, Raúl Alfonsín. Em razão do prosseguimento da crise econômica, foram anunciados planos heterodoxos de estabilização, baseados no congelamento dos preços, tarifas e salários. Estas medidas, contudo, não foram capazes de conter a crise econômica e a hiperinflação, herdadas por seu sucessor, o peronista Menem (ROMERO, 2005).

A década de 1990 consistiu em um momento decisivo na história política e econômica do Uruguai e da Argentina: os governos destes países procuraram executar reformas neoliberais. A adoção destas reformas foi “premiada” pelo retorno do fluxo de investimentos estrangeiros para as economias emergentes. No Uruguai, a agenda neoliberal começou a ser levada a cabo ainda na década de 1980, no primeiro governo Julio María Sanguinetti (1985-1990), do PC. No entanto, as reformas não foram implementadas por completo. Para Lanzaro (2003a), os entraves à execução do projeto neoliberal se relacionam à existência de vetos de alguns setores sociais e à dinâmica de competição partidária (crescimento

da esquerda), aliada ao desenho institucional do país, que levou à necessidade de formação de coalizões governamentais (ainda que informais) e, por conseguinte, a maiores concessões por parte do partido de governo.

No governo de Luis Alberto Lacalle (1990-1995), da ala mais à direita do PN, os arranjos cooperativos giraram em torno da execução das reformas liberalizantes, ainda que a colaboração entre os partidos tradicionais não tenha assumido um caráter formal. Somente no segundo governo Sanguinetti (1995-2000), esta coalizão assumiu uma forma explícita e duradoura, em reação ao crescimento eleitoral da FA.² Esta colaboração se expressou na Reforma Constitucional, sancionada por plebiscito em 1996,³ que teve como principal objetivo perpetuar o bipartidarismo, introduzindo para as seguintes regras: candidatura única por partido (designada obrigatoriamente por primárias internas de cada partido), possibilidade de segundo turno (vitória no primeiro turno associada à obtenção da maioria absoluta dos votos) e limitação do “duplo voto simultâneo”, abolindo-se a transferência de votos entre as listas nas eleições legislativas. Permaneceria vedada a possibilidade de reeleição consecutiva. A eleição parlamentar ocorreria simultaneamente ao primeiro turno das eleições presidenciais, mantendo-se a regra de representação proporcional. Supunha-se que assim dificilmente um candidato de oposição poderia ser eleito no primeiro turno, e no segundo turno haveria uma convergência entre os eleitores do PN e PC (BARAHONA, 2003; LANZARO, 2003a).

O sucessor de Sanguinetti, Jorge Battle (2000-2005), do PC, foi eleito a partir de uma coalizão eleitoral entre os partidos tradicionais, a primeira da história uruguaia. Battle pretendia executar reformas neoliberais mais profundas (LANZARO, 2003a), recorrendo a leis de urgência para implantá-las, o que levou ao chamado de três consultas populares em rejeição a estas medidas. Sua popularidade sofreu um novo revés com a grave crise econômico-financeira de 2002, minando o projeto reformista. A recessão havia se iniciado em 1998, no bojo da deterioração do contexto econômico internacional, e levou ao aumento do *deficit* fiscal e do endividamento público. O regime de bandas cambiais não resistiu à crise e, em meio a um cenário de corrida aos bancos, foi adotado o feriado bancário e o regime de flutuação cambial, que levou à desvalorização de 200% da moeda nacional (MOREIRA, 2004).

² Nas eleições de 1994, Tabaré Vázquez (FA) recebeu 30,6% dos votos válidos, acima do caudal eleitoral recebido por seus adversários. Entretanto, as regras eleitorais do país (transferência de votos entre as listas partidárias) levaram Sanguinetti à presidência da República (MACHADO, 2006).

³ O plebiscito foi aprovado por uma margem estreita – 50,4% de votos favoráveis – o que concedeu ânimo à oposição (MOREIRA, 2004).

As eleições de 2004 apontaram para a vitória, em primeiro turno, de Vázquez, da FA (50,5% dos votos válidos), consistindo na primeira vez na história democrática uruguaia que o presidente eleito não pertencia ao PN ou ao PC. Além disso, foi possível a constituição de um governo de maioria, isto é, eliminou-se a necessidade de se formar uma coalizão (BUQUET e CHASQUETTI, 2005).

Na Argentina, as políticas neoliberais foram introduzidas por Menem (1989-1999). Contrariando as expectativas iniciais – sua base eleitoral foi o peronismo (populista) tradicional – logo que chegou ao poder, Menem se voltou para a busca de apoio de credores externos e conglomerados estrangeiros e locais. Adotou uma agenda econômica neoliberal, promovendo privatizações, abertura comercial e liberalização financeira. A inflação foi controlada em 1991, com o estabelecimento do Plano de Convertibilidade, que tinha como medida central o regime câmbio fixo (paridade 1:1 entre o peso e o dólar) (RAPOPORT, 2000).

Para promover as reformas econômicas, delegaram-se poderes legislativos ao presidente. Com a dissipação do clima de emergência econômica, Menem passou a recorrer com mais frequência aos decretos de necessidade e urgência, sem encontrar grandes resistências nas bancadas peronistas no Parlamento (PALERMO, 1998).

Em 1994, Menem passou a concentrar esforços na aprovação da Reforma Constitucional, que lhe garantisse a possibilidade de reeleição. Aprovada a reforma, após negociações com a oposição radical, o presidente voltou-se para a campanha eleitoral, apresentando-se como único candidato capaz de manter a inflação sob controle. Não obstante, logo que foi eleito, transpareceram conflitos internos ao governo, além de progressivo descontentamento popular, tanto em relação aos sucessivos escândalos de corrupção quanto aos efeitos negativos das reformas neoliberais, particularmente o aumento do desemprego e o recuo da renda (NOVARO, 2006).

Durante o segundo mandato de Menem, a agenda neoliberal não registrou muitos avanços: as chamadas “reformas de segunda geração”, que garantiriam maior transparência e concorrência, contrariavam os interesses dos empresários ligados a monopólios e oligopólios formados durante as privatizações. Além disso, a reforma trabalhista sofreu resistência por parte dos setores sindicais.

O descontentamento popular foi capitalizado pela Alianza, coalizão formada pela UCR e pela Frepaso. A Frepaso havia se formado a partir da fusão entre a Frente Grande (que incluía uma dissidência peronista que havia abandonado o partido no início do governo Menem) e outros grupos de

esquerda. Esta agremiação havia crescido em termos eleitorais de forma rápida e, em coalizão com a UCR, pretendia desbancar o peronismo do centro da arena política do país. Em 1999, a chapa composta por Fernando de la Rúa (UCR) e Carlos “Chacho” Álvarez (Frepaso) venceu as eleições presidenciais (NOVARO, 2003). Sua plataforma eleitoral se baseava na manutenção do regime de conversibilidade (que contava com amplo apoio popular), mas na correção dos efeitos sociais negativos derivados das reformas neoliberais, além de defender a ética na política (MOREIRA, 2006).

A Alianza enfrentou grandes problemas para se converter em uma coalizão governante. Com o prosseguimento da crise econômica, de la Rúa tornou-se cada vez mais isolado dentro da UCR. A Frepaso, por seu turno, abrangia diversas agremiações políticas que dificilmente poderiam coordenar suas ações. Suas contradições se acentuavam na medida em que alguns dirigentes partidários passaram a reforçar o apoio ao modelo neoliberal, que ia de encontro a ideias de correntes partidárias importantes, as quais, ainda que heterogêneas, guardavam em comum a defesa de propostas da esquerda tradicional populista (NOVARO, 2003).

A crise da coalizão se tornou patente com a renúncia de Álvarez, em 2000, após denunciar casos de suborno no Senado vinculados à aprovação da reforma trabalhista. Sem encontrar apoio do presidente – que, pelo contrário, ofereceu suporte aos acusados –, o vice-presidente optou por abandonar o governo (NOVARO, 2006).

As eleições legislativas de outubro de 2001 marcaram “o começo do fim” do governo de la Rúa. Nessas eleições, a abstenção chegou a quase 25%. Os votos em branco somaram 9,4% e os votos nulos chegaram a 9%. Entre 1999 e 2001, a Alianza perdeu 59,7% dos votos. O PJ foi menos afetado pela crise de representação partidária, perdendo somente 12,2% dos votos em relação à eleição anterior (TORRE, 2003).

Os problemas da Alianza se agravariam nos meses seguintes, com a deterioração das condições econômicas. O governo enfrentava problemas nas contas públicas, mas foi mantido o apoio ao Plano de Convertibilidade. No final de 2001, a corrida aos bancos levou o governo a determinar feriado bancário. Quando reabertos, os saques foram limitados a 250 pesos por semana – medida conhecida como *corralito*. Este foi o estopim para que a população tomasse as ruas em manifestações que levaram à renúncia do presidente de la Rúa (MUSSA, 2002).

A Assembleia Legislativa teve de se reunir para indicar um novo presidente. Entre os nomes que ocuparam a presidência da República, esteve Rodríguez Saá (PJ), que decretou o *default* da dívida. Todavia, sua passagem

pela presidência durou menos de uma semana: em meio à permanência dos protestos sociais e às divergências internas no próprio PJ, Rodríguez Saá foi substituído pelo também peronista Duhalde. O novo presidente declarou o fim – inevitável – do Plano de Convertibilidade (TORRE, 2004).

Duhalde buscou formar uma coalizão que visava sanar os problemas emergenciais, a partir de uma ampla base de apoio – que incluía desde políticos da UCR até partidários de Menem – cujo “único ponto de acordo [...] foi o desmantelamento do modelo econômico da década de 90” (FAUCHER e ARMIJO, 2004, p. 312).

Embora tenha logrado a retomada do crescimento econômico, em decorrência da permanência do conflito social, Duhalde antecipou as eleições, previamente marcadas para dezembro de 2003, para abril daquele ano. Para evitar que o PJ lançasse Menem como candidato à presidência, Duhalde, apoiando o desconhecido governador da província de Santa Cruz, Kirchner, orquestrou uma manobra política que anulou as eleições internas do partido. Desta forma, três candidatos peronistas apresentaram suas candidaturas, sem o apoio formal do partido: Menem, Kirchner e Rodríguez Saá. Também concorreram à presidência os ex-radicais Ricardo López Murphy (Recrear) e Elisa Carrió (ARI) (TORRE, 2004).

Os resultados iniciais indicavam que as eleições seriam decididas em segundo turno, entre Menem (que recebeu 24,45% dos votos) e Kirchner (escolhido por 22,24% dos eleitores). Contudo, as pesquisas de opinião revelavam que o segundo turno polarizaria o voto “anti-Menem”, e o ex-presidente desistiu do pleito, permitindo que Kirchner fosse declarado vencedor das eleições (BONVECCHI, 2004; TORRE, 2004).

O PJ, apesar de suas divisões internas, saiu das eleições de 2003 como o partido predominante no cenário político argentino. O declínio da UCR e a dissolução da Frepaso implicaram no virtual desaparecimento de forças opositoras ao peronismo, no nível nacional (TORRE, 2004).

No momento de sua chegada ao poder, Kirchner era considerado pelos observadores políticos e pela população como um “governante [que seria] fraco, submetido aos interesses de seu único apoio político e suscetível a ficar enredado, afinal, nas virulentas e intermináveis disputas internas do peronismo” (BONVECCHI, 2004, p. 189). Por isso, o presidente adotou como estratégia a concentração de quase todas as decisões políticas em suas mãos, apoiado somente por um conjunto pequeno de colaboradores. Além disso, conseguiu que o Congresso lhe delegasse alguns poderes em relação ao orçamento e recorreu abusivamente aos decretos de necessidade e urgência (DE LUCA, 2007).

De início, a legitimidade de Kirchner dependeu do apoio do “duhaldismo”, mantendo ministros que estiveram presentes na gestão anterior. Posteriormente, ele buscou ampliar sua coalizão de apoio – seja no Parlamento, seja entre os governadores – a partir de uma estratégia denominada “transversalidade”: aproximou-se de nomes com alguma semelhança ideológica, fossem ou não peronistas (BONVECCHI, 2004).

Apesar do relativo sucesso eleitoral da coalizão transversal – sob a denominação “Frente para a Vitória” –, Kirchner não formou um consenso, dentro do seu próprio partido, em torno de sua liderança. O PJ, acéfalo desde o final do segundo mandato de Menem, viu as lealdades aos líderes locais se fortalecerem após a crise dos partidos em 2001. Kirchner optou por afastar-se das fragmentações internas do peronismo, inclusive do “duhaldismo”, postergando para 2008 – quando já havia deixado a presidência do país – o projeto de construir uma liderança própria dentro do partido.

Defendemos a hipótese de que a FA se desenvolveu em conformidade com as regras existentes, ao passo que o PJ “adaptou” as regras institucionais às suas próprias demandas. Frisamos que a capacidade de modificação das regras só é possível àqueles que ocupam o governo e/ou possuem maioria em uma ou ambas as casas legislativas. Nesse sentido, à FA não foi possível outra alternativa senão se opor à Reforma Constitucional de 1996. Além disso, é difícil imaginarmos que a leitura particular dada por Duhalde às regras eleitorais do país em 2003 pudesse ser levada a cabo por líderes de partidos menores.

A FRENTE AMPLA E O PARTIDO JUSTICIALISTA

Na seção anterior, vimos que o Uruguai e a Argentina, a despeito de terem atravessado nos últimos 30 anos processos semelhantes – ditadura militar (décadas de 1970 e 1980), transição à democracia e crise econômica (década de 80), introdução de reformas neoliberais (década de 90), nova crise econômica (virada do século), eleição de presidentes de orientação ideológica de esquerda (década de 2000) –, apresentam trajetórias político-institucionais bastante distintas. Neste momento, nos voltamos para a análise dos partidos políticos que sustentam os governos de esquerda nos dois países: a Frente Ampla e o Partido Justicialista.

A Frente Ampla foi fundada em 1971, a fim de disputar as eleições presidenciais daquele ano. Tratava-se de um partido que reunia grupos diversos, incluindo *tupamaros* (guerrilheiros), democratas-cristãos, social-democratas, socialistas, comunistas e fileiras provenientes dos partidos tradicionais identificados com as propostas de esquerda (SILVA, 2007).

A formação do partido de esquerda angariou a simpatia do movimento sindical, organizado desde a década anterior (MOREIRA, 2000).

A FA organizou-se como uma “frente permanente”, seguindo o modelo das frentes de esquerda europeias, pretendendo inaugurar um “modo diferente de fazer política e de incorporar as demandas da cidadania” (BARAHONA, 2003, p. 303. Tradução nossa).

Até o retorno da democracia, quando se permitiu a retomada das atividades político-partidárias, a FA manteve um perfil revolucionário e socialista (GARCÉ e YAFFÉ, 2006). A partir de então, buscou-se construir um partido “propriamente dito” e, em 1989, revisou-se seu programa político (AROCENA, 2005).

Em 1994, formou-se a coalizão Encontro Progressista – Frente Ampla. Dez anos mais tarde, esta coalizão passou a incluir também a Nova Maioria. Com o passar do tempo, as propostas da FA adquiriram um tom menos socialista e mais progressista (SILVA, 2007). Nesse período, manteve seu crescimento eleitoral, baseado na consolidação da liderança de Vázquez. Ele buscou formar uma coalizão ampla, centrada na oposição ao neoliberalismo e aos partidos tradicionais, embora tenha adotado posições menos extremas em relação à dívida externa e ao sistema financeiro, com uma visão mais otimista em relação ao mercado (GARCÉ e YAFFÉ, 2006).

Apesar das fragmentações internas e modificações de sua composição ao longo de sua trajetória, a FA sempre atuou de forma disciplinada. Esta postura foi proporcionada pela necessidade de se manter enquanto bloco de oposição aos partidos tradicionais e ao neoliberalismo (SILVA, 2007).

O progressivo crescimento eleitoral da FA nas eleições presidenciais e legislativas, além de três vitórias consecutivas de Vázquez na prefeitura de Montevidéu, levaram os partidos tradicionais a cooperarem com o poder, mas também os empurrou à direita do espectro ideológico (MOREIRA, 2004; MOREIRA, 2006). Devemos destacar que a moderação do discurso da FA levou a uma dinâmica centrípeta, que contrapunha as propostas da esquerda – manutenção da centralidade do Estado na economia – ao projeto reformista neoliberal da direita (ALCÁNTARA SÁEZ e LUNA, 2004).

A oposição da FA às reformas neoliberais foi fundamental para a convocação de referendos contra as privatizações propostas pelos governos dos partidos tradicionais na década de 1990. As ligações do partido com o movimento sindical – e sua elevada capacidade de mobilização – permitiram que as privatizações fossem vetadas pelo voto popular, freando o projeto neoliberal (AROCENA, 2005; LANZARO, 2003b).

A defesa da agenda neoliberal levou à sistemática perda de votos por parte dos partidos tradicionais. Paradoxalmente, a introdução de políticas neoliberais, ao reduzirem a presença do Estado na vida econômica e social, enfraqueceu as redes clientelistas mantidas pelos partidos tradicionais, extremamente dependentes dos recursos do Estado. Mantendo sua oposição aos partidos tradicionais e ao neoliberalismo, a FA foi capaz de capitalizar os votos dos eleitores descontentes, culminando na eleição de Vázquez para a presidência em 2004 (LANZARO, 2003b).

Na Argentina, não existem partidos de esquerda consolidados. De fato, não existem partidos definidos em termos ideológicos; os maiores partidos do país (PJ e UCR) se organizam enquanto movimentos pluriclasistas com pretensões de representar toda a sociedade (MOCCA, 2005).

O PJ e a UCR estruturam-se em bases territoriais que reproduzem o sistema federal de divisão dos limites territoriais e eleitorais nos níveis provinciais e distritais (TORRE, 2004). Suas estruturas de poder são fortemente descentralizadas, favorecendo os líderes provinciais. Caracterizam-se ainda por alinhamentos intrapartidários instáveis e mutáveis em torno de lideranças políticas, particularmente após os períodos eleitorais, em que prevalece a competição por cargos, e não por programas específicos (MUSTAPIC, 2002).

Esta forma de organização é particularmente visível no PJ (TORRE, 2004). Sua forma de hierarquização fluida é capaz de explicar por que a mudança de orientação ideológica de Menem, ao chegar ao poder, não se refletiu na erosão da base de apoio partidária, e sim na cooptação de seus integrantes ao “menemismo” (LEVITSKY, 2003). Segundo Novaro (2003):

O vínculo tipicamente peronista consiste em uma delegação da massa ao líder, que lhe permite encarnar o interesse geral e a vontade da nação, sem se sentir obrigado a consultar as opiniões particulares ou cuidar das formas para tomar decisões. Em virtude de o líder gozar de um voto de confiança *a priori* irreversível da parte de seus aderentes, não referido a nenhuma ação ou decisão em particular. Neste sentido, governar por decreto não apenas se justifica pela hiperinflação, mas também pela tradição caudilhista e delegativa. (NOVARO, 2003, p. 221. Tradução nossa)

A adaptação do peronismo ao neoliberalismo foi possível em virtude da forte organização de massa do partido, isto é, devido à flexibilidade da elite combinada à estabilidade da base. Trata-se de um partido com baixa institucionalização formal, isto é, com baixo índice de rotinização de normas e procedimentos, mas com ampla institucionalização infor-

mal, no sentido em que há infusão da identidade peronista na sociedade argentina (LEVITSKY, 2003).

Não somente houve uma reorientação do partido no plano ideológico, como também ocorreu, a partir dos anos 1980, uma redefinição dos vínculos com o movimento sindical, que foram progressivamente substituídos por conexões clientelistas territoriais, de modo que a identidade de partido de massa foi cedendo espaço para a estratégia de *catch all* (LEVITSKY, 2003).

Por um lado, a forma de organização não institucionalizada do PJ gera “ineficiência e inclusive seu caos interno. Na ausência de normas de decisão estáveis, o PJ sofre com frequência crises institucionais, incluindo [...] conflitos acerca das normas e procedimentos”. Por outro lado, a informalidade garante a sobrevivência do peronismo em tempos de crise (LEVITSKY, 2003, p.265. Tradução nossa).

Esta é uma das razões para se entender por que o PJ sobreviveu à “crise dos partidos” em 2001. Também lança luzes sobre os fatos que permitiram a Kirchner ter cumprido seu mandato sem enfrentar grandes problemas de governabilidade, apesar do prosseguimento das divisões internas do partido.

Restam-nos ainda algumas indagações importantes: qual é a proposta dos governos de esquerda no Uruguai e na Argentina? É possível traçar paralelos entre as suas experiências? Longe de esgotar esta questão, abordaremos a seguir a agenda da esquerda no Uruguai e na Argentina.

AS NOVAS AGENDAS DA ESQUERDA

Como já vimos ao longo deste artigo, a vida política uruguia é marcada pela moderação e por mudanças incrementais. Seguindo este perfil, o governo Vázquez tem sido caracterizado como representante de uma ala mais moderada da esquerda sul-americana. Na Argentina, em contraposição, as mudanças têm sido mais rápidas e profundas, haja vista o desmantelamento do Estado desenvolvimentista pelo regime militar e as reformas neoliberais executadas na década de 1990. Kirchner chegou à presidência prometendo “mudança” em relação ao paradigma econômico anterior. Embora sua política econômica se baseasse nas medidas adotadas por seu antecessor, Duhalde, particularmente no modelo cambial sobrevalorizado, Kirchner conferiu um viés mais nacionalista a essa política.

Lembramos que, no momento em que Vázquez e Kirchner chegaram ao poder, o mundo atravessava um período de crescimento econômico,

elevação dos preços das *commodities*, queda do preço do dólar no mercado cambial, redução das taxas de juros internacionais e retomada dos investimentos em economias emergentes, o que contribuiu decisivamente para adoção de políticas econômicas exitosas.

No Uruguai, desde a chegada da esquerda ao poder, tem-se registrado crescimento econômico acentuado e queda do desemprego. A renda e o salário mínimo também têm se elevado, em virtude da retomada da prática de negociações salariais entre governo, empresários e sindicatos, no âmbito dos Conselhos Salariais. Desta forma, os sindicatos, que haviam perdido força com a adoção de políticas neoliberais e o aumento do desemprego durante a crise, ganharam novo relevo político. A presença do Estado também voltou a se sentir no setor de infraestrutura, que vem recebendo investimentos públicos (MOREIRA, 2007; SILVA, 2007).

Os índices de pobreza e de indigência, que haviam atingido níveis historicamente elevados durante a crise de 2002, apresentaram recuos, atribuídos não somente ao crescimento econômico robusto, como também à introdução de programas sociais, em especial o Plano Equidade (que substituiu, em 2007, o Plano Emergência). Contudo, não têm ocorrido modificações significativas na distribuição de renda (MOREIRA, 2007; SILVA, 2007).

Vázquez teve de lidar ainda com a questão do elevado endividamento público, herdado do período de recessão. A fim de evitar o *default*, buscou o apoio da comunidade financeira internacional – inclusive do FMI – para dar início ao processo de reestruturação da dívida. Para honrar os compromissos assumidos com a reestruturação da dívida, o governo se comprometeu em seguir metas de superávit primário em torno de 4% do PIB (MOREIRA, 2007; SILVA, 2007).

Os elevados preços das *commodities* no mercado internacional impulsionaram as exportações desses produtos, sob um regime de livre flutuação cambial. O saldo da balança comercial – historicamente deficitário – também foi atenuado pelo aumento do volume de exportações de bens manufaturados (SILVA, 2007).

Respaldo pelo apoio popular, Vázquez propôs diversas reformas. A primeira a ser executada, a reforma tributária, teve como cerne a criação do imposto de renda, de viés redistributivo. Pretendia ainda executar reformas do Estado, saúde, educação e políticas sociais. Estas reformas, contudo, não deveriam ser implementadas de “cima para baixo” e sim a partir dos chamados “Diálogos Nacionais”, fóruns de debate que partem de discussões em torno de alternativas sobre temas diversos (MOREIRA, 2007).

Destacamos que o crescimento econômico ainda se mantinha dependente do investimento externo. Neste contexto, adquiriria relevo a proposta de implementação do chamado “Uruguai Produtivo”, conjunto de políticas na área financeira, institucional e setorial, cujo objetivo era impulsionar a produção nacional a partir da captação de investimento externo (MOREIRA, 2007).

Outra questão importante levantada pelo governo da FA foram os julgamentos relativos aos crimes contra os direitos humanos cometidos durante o regime militar (SILVA, 2007). Membros da FA trabalharam em favor da revogação da *Ley de Caducidad*, que concedia anistia aos crimes cometidos durante a ditadura militar (MOREIRA, 2007). Em nosso entender, trata-se de um indício de que a distinção direita/esquerda no Uruguai vai além do campo da política econômica.

No caso argentino, Kirchner manteve um discurso afinado com o nacionalismo, mas não houve retorno ao modelo desenvolvimentista peronista tradicional, e sim a introdução de uma alternativa centrada tanto em medidas heterodoxas (congelamento de tarifas, tributação às exportações, intervenção no mercado cambial) quanto ortodoxas (ajuste fiscal e câmbio competitivo).

Kirchner herdou do governo de Duhalde uma combinação de fatores que impulsionaram a atividade econômica argentina: poupança fiscal, competitividade, neutralização de fontes inflacionárias e recuperação de instrumentos de política econômica. Além disso, o contexto internacional favorável contribuiu para o aumento das exportações argentinas (BONVECCHI, 2004).

A política econômica adotada teve como base a manutenção da taxa de câmbio desvalorizada, incentivando o aumento das exportações e permitindo um processo (moderado) de substituição das importações, favorecido pelo aumento dos preços de todos os produtos importados. Este incremento da produção permitiu o aumento do índice de emprego, ainda que os salários permanecessem baixos. Não foram introduzidas, contudo, outras medidas “ativas” para promoção da industrialização (COSTA et al, 2004).

As negociações em torno dos reajustes salariais incluíam o tripé Estado, empresários e sindicatos, reintroduzindo práticas extintas desde o Governo Militar (BOSCHI e GAITÁN, 2008).

No que diz respeito à política anti-inflacionária, o governo implementou medidas de “controle de preços por meio do aumento de subsídios e acordo inter-setoriais, reestatizações e renegociações das tarifas fixadas em dólar de prestadoras de serviço público” (SANTANA e KASAHARA, 2007, p. 03).

Manteve-se ainda o programa *Jefes y Jefas de Hogares*, lançado no governo Duhalde, que concede subsídios aos desempregados (BONVECCHI, 2004). Com a melhoria das condições econômicas e a recuperação do nível de emprego, foi possível reduzir o montante de repasses ao programa.

Kirchner teve de lidar ainda com a questão da reestruturação da dívida em *default* desde 2001. Buscou elaborar uma proposta compatível com a capacidade de pagamento do país, que obteve expressivo índice de adesão (cerca de 75%). A proposta de reestruturação incluiu, ao mesmo tempo, redução do valor de face dos títulos, extensão do prazo de resgate e redução das taxas de juros (COSTA et al., 2004).

Kirchner deixou como legado a economia em franco crescimento (em torno de 8,5% ao ano), redução do índice de desemprego, retomada do fluxo de investimentos privados etc. No entanto, o país carece de investimento em infraestrutura, particularmente no setor energético, e registra-se elevação do índice de inflação.

Assim como no caso uruguaio, a questão dos crimes contra os direitos humanos também foi tratada pela esquerda argentina: Kirchner apoiou a anulação de leis que concediam anistia a acusados de violação dos direitos humanos durante a ditadura militar (BONVECCHI, 2004). Acreditamos que este seja um indício de que a clivagem direita/esquerda inclui aspectos mais abrangentes que divergências sobre política econômica.

É possível encontrar paralelos entre a agenda das esquerdas no Uruguai e na Argentina: por um lado, a questão dos crimes contra os direitos humanos, cometidos durante as ditaduras militares, ganhou destaque. Por outro lado, também há convergência no que diz respeito à maior preocupação com os programas sociais. No entanto, em nenhum dos dois países parece haver um programa mais sólido voltado para o incentivo à produção industrial, de forma que o crescimento econômico está fortemente vinculado ao aumento das exportações de bens primários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eleição de diversos governos de orientação ideológica de esquerda na América do Sul tem alcançado destaque no meio acadêmico, apontando para a diversidade entre as experiências dos países do subcontinente. No caso do Uruguai e da Argentina, em particular, quando falamos de “governos de esquerda”, estamos tratando de trajetórias radicalmente distintas. No Uruguai, a Frente Ampla, partido ideologicamente localizado na esquerda do espectro político, chegou à presidência após uma longa trajetória de crescimento eleitoral, deslocando os partidos tradicionais

do poder. Ao contrário do que se poderia esperar à primeira vista, a esquerda não foi eleita *por causa* da crise econômico-financeira de 2002. A trajetória eleitoral da FA já indicava sua provável vitória nas eleições de 2004, não obstante a mudança das regras eleitorais promovidas pelos partidos tradicionais em 1996. A história política uruguaia, comumente caracterizada como “moderada” e marcada por mudanças graduais e incrementais, nos parece a variável explicativa da trajetória da FA.

Na Argentina, em contraposição, o grupo político de esquerda que apoiou o presidente Kirchner provinha de um dos partidos tradicionais – o PJ –, que não se organiza em bases ideológicas. Não se trata, pois, da chegada ao poder de um partido de esquerda, mas de mais uma faceta do peronismo, agora predominante no contexto partidário do país, que se organiza em torno de novos líderes identificados ideologicamente com a esquerda. A história política argentina é caracterizada por constantes rupturas institucionais e/ou mudanças das regras, de modo que a trajetória da esquerda deve ser compreendida à luz da dinâmica própria do peronismo. Desde a transição democrática, em 1983, os resultados eleitorais têm apontado para a fidelidade do eleitorado do PJ – não por acaso o menos afetado pela crise de 2001 –, o que expressa a elevada identificação da sociedade argentina com o peronismo. Nesse sentido, embora a crise econômica tenha permitido a ascensão de uma nova coalizão governante, só podemos compreender a estabilidade do governo quando temos em vista o vínculo de confiança e delegação de poderes ao líder inerentes ao peronismo. Trata-se, portanto, de uma nova forma de expressão de uma trajetória político-institucional centrada no peronismo.

ABSTRACT

The article has the objective of comparing the trajectory of the left political parties in Uruguay and Argentina until the election, respectively, of Tabaré Vázquez (2005) and Néstor Kirchner (2003). The argument considers that Uruguay's institutional rules are more robust than Argentina's. In that sense, the election of Vázquez occurred after a long period of electoral ascension of his party, the Frente Amplio, obeying the rules existing before and after the constitutional reform. The election of Kirchner, in turn, was unexpected, permitted by a maneuver of then president Eduardo Duhalde, who annulled the primary elections of the Justicialista party. In the 2003 presidential elections, this party presented three candidates – a possibility not predicted in the Constitution –, what consisted in a clear modification of the rules of the political game.

Keywords: *parties; left; Argentina; Uruguay.*

REFERÊNCIAS

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel; LUNA, Juan Pablo. Ideología y competencia partidaria en dos post-transiciones: Chile y Uruguay en perspectiva comparada. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. XXIV, n.01, 2004, pp.128-168.

AROCENA, Rodrigo. Uruguay en la nueva ola de las izquierdas latinoamericanas. *Nueva Sociedad*, n. 197, mayo/jun. 2005, pp. 146-158.

BARAHONA, Elena. Hacia una nueva alternativa de organización partidista: el caso uruguayo del Frente Amplio. In: ALCÁNTARA, Manuel; BARAHONA, Elena (eds.) *Partidos, Dinero e Institucionalización Partidista en América Latina*. México: UIA, IFE, FLACSO, 2003.

BONVECCHI, Alejandro. O governo de Kirchner: uma reversão do menemismo? In: SALLUM Jr., Brasília (org.). *Brasil e Argentina hoje: política e economia*. Bauru: EDUSC, 2004.

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. Gobiernos Progresistas, Agenda neodesarrollista y capacidades estatales: la experiencia reciente en Argentina, Brasil y Chile. *Análise de Conjuntura OPISA*, n.1, jan. 2008. Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br>>. Acesso em 22 jan. 2008.

BUQUET, Daniel; CHASQUETTI, Daniel. Elecciones Uruguay 2004: decifrando el cambio. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v.25, n.2, 2005, pp.143-152.

CALVO, Ernesto. Argentina, elecciones legislativas 2005: consolidación institucional del kirchnerismo y territorialización del voto. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 25, n. 2, 2005, pp. 153-160.

COSTA, Augusto; KICILLOF, Axell; MOSSE, Matías; NAHÓN, Cecília; Las consecuencias económicas del Sr. Lavagna: dilemas de un país devaluado. *Revista Realidad Económica*, Buenos Aires, n.203, p.70-100, abr./may. 2004.

DE LUCA, Miguel. Argentina: instituciones débiles, economía a los tumbos. *Instituto Português de Relações Internacionais*. Universidade Nova de Lisboa. *Revista Relações Internacionais*, n. 13, mar. 2007.

FAUCHER, Philippe; ARMIJO, Leslie Elliott. Crises cambiais e estrutura decisória: a política de recuperação econômica na Argentina e no Brasil. *Dados*. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, 2004, pp. 297-334.

GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. La izquierda uruguaya (1971-2004): ideología, estrategia y programa. *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 44, 2006, pp. 87-114.

LANZARO, Jorge. Uruguay: las alternativas de un presidencialismo pluralista. In: LANZARO, Jorge. *Tipos de Presidencialismo y Coaliciones Políticas en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003a.

LANZARO, Jorge. Partidos uruguayos: a transição na transição. *Opinião Pública*, Campinas, v. IX, n. 2, outubro de 2003b, 46-72.

LEVITSKY, Steven. Los partidos obreros en transformación en América Latina: el Partido Justicialista argentino en perspectiva comparada. In: ALCÁNTARA, Manuel; BARAHONA, Elena (eds.) *Partidos, Dinero e Institucionalización Partidista en América Latina*. México: UIA, IFE, FLACSO, 2003.

LISSIDINI, Alicia. Uruguay y la centralidad de la política. In: CAVAROZZI, Marcelo;

ABAL MEDINA, Juan Abal (comp.). *El Asedio de la Política*. Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal. Rosario: Homo Sapiens / Konrad Adenauer, 2003.

MACHADO, Carlos. Reforma política: Brasil e Uruguai. In: 30º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 2006, Caxambu. *Anais do 30º Encontro Anual das ANPOCS*.

MOCCA, Edgardo. O futuro incerto dos partidos políticos argentinos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, 2005.

MOREIRA, Constanza. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. *Opinião Pública*, Campinas, v. VI, n.1, 2000, pp.17-54.

MOREIRA, Constanza. Las vísperas del cambio: el triunfo de la izquierda y la reinserción del Uruguay en la región. *Análise de Conjuntura OPSA*, n. 1, dez. 2004. Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br>>. Acesso em 10 dez. 2007.

MOREIRA, Constanza. Party systems, political alternation and ideology in the South Cone (Argentina, Brazil, Chile and Uruguay). *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Montevideo, v.2, n. se., 2006.

- MOREIRA, Constanza. Balance del medio ciclo de gobierno de izquierda en Uruguay (2005-2007). *Análise de Conjuntura OPSA*, n. 7, jul. 2007. Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br>>. Acesso em 10 dez. 2007.
- MUSSA, Michael. Argentina and the Fund: from triumph to tragedy. *Policy Analyses in International Economics*, Washington D.C., n.67, 2002.
- MUSTAPIC, Ana María. Argentina: la crisis de representación y los partidos políticos. *América Latina Hoy*, diciembre, v. 32, Salamanca, 2002, pp.163-183.
- NOVARO, Marcos. Presidentes, equilibrios institucionales y coaliciones de gobierno en Argentina (1989-2000). In: LANZARO, Jorge. *Tipos de Presidencialismo y Coaliciones Políticas en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- NOVARO, Marcos. Historia de la Argentina Contemporánea: de Perón a Kirchner. Buenos Aires: Edhasa, 2006.
- PALERMO, Vicente. Mares agitados: interpretaciones sobre los procesos políticos latinoamericanos. Brasil y Argentina en perspectiva comparada. *XXI Congreso Internacional de la Latin American Studies Association*. Chicago, sept. 1998.
- RAPOPORT, Mario. El Plan de Convertibilidad y la economía argentina. *Economia e Sociedade*, Campinas, dez. 2000.
- ROMERO, Luís Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- SANTANA, Carlos Henrique; KASAHARA, Yuri. Algo de novo no front? O retorno do Estado e seus impactos sobre a integração sul-americana. *Observador On-line OPSA*, v.2, n.4, abr. 2007. Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br>>. Acesso em 17 de maio de 2007.
- SILVA, Fabrício Pereira da. Esquerda uruguaia no poder: a trajetória da Frente Ampla e seus dois primeiros anos de governo. *Observador Online OPSA*, v.2, n.6, jun. 2007. Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br/>>. Acesso em 13 de novembro de 2007.
- TORRE, Juan Carlos. A crise da representação partidária na Argentina. In: SALLUM Jr., Brasília (org.). *Brasil e Argentina hoje: política e economia*. Bauru: EDUSC, 2004.

